

## Breve reflexão da presença da religião no âmbito escolar no retorno presencial na EJA

### Reflexion on the presence of religion in the school environment in face-to-face return at EJA



<https://doi.org/10.23925/ua.v27i44.e59105>

Luiza Elena Candido de Almeida<sup>1</sup>


Sirlei Anacleto Martins<sup>2</sup>

Monica Isabel Carleti Cunha<sup>3</sup>


#### Resumo

O artigo reflete sobre as contribuições da espiritualidade a partir do Ensino Religioso para os/as estudantes da EJA de uma escola de periferia em Cariacica/ES, considerando o retorno às aulas presenciais, pós-período pandêmico de COVID-19. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental. Para a compreensão da espiritualidade a partir do Ensino Religioso na EJA (Educação de Jovens e Adultos). Assentamos nas ideias de Ferdinand Röhler, Dalai Lama e Sérgio Junqueira. Em três seções, abordamos a modalidade EJA numa escola do (Ensino Fundamental nas séries iniciais do 1º ano ao 9º ano, e Educação de Jovens e Adultos atendendo também da alfabetização ao 9º ano) de Cariacica/ES; o Ensino Religioso e o aspecto da espiritualidade; e a imbricação da espiritualidade a partir do Ensino Religioso para os/as estudantes da EJA, no retorno ao ensino presencial. Buscamos, portanto, encontrar caminhos e estratégias (realização de bazar, sorteios de cestas básicas e palestras) que possibilitem o desenvolvimento das competências socioemocionais, com vistas ao fortalecimento das relações pessoais e interpessoais no enfrentamento dos

1 Doutorado em Educação - Educação Especial e Processos Inclusivos - UFES

 0000-0003-0060-4720, lecalmeida58@gmail.com

2 Mestra em Ciências das Religiões pela Faculdade Unida de Vitória.

 0000-0001-9573-6034, sirleianacleto@yahoo.com.br

3 Mestra em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo.

 0000-0002-4809-1883,monicaicc@yahoo.com.br.

desafios do retorno e da permanência no ambiente escolar.

**Palavras-chave:** Espiritualidade; Ensino Religioso; Educação de Jovens e Adultos; Ensino Presencial.

**Abstract**

The article considers the contributions of spirituality from religious education to EJA (Youth and Adult Education) students at a suburban school, in Cariacica/ES, based on the return to face-to-face classes. This is a bibliographic and documentary research. In other to understand "spirituality" in a religious education context at EJA, we are based on Ferdinand Röhr, Dalai Lama e Sérgio Junqueira ideas. In three sections, the following approaches are: EJA's modality in a Elementary School, early grades (1st grade to 9th grade) and Youth and Adult Education, also serving from literacy to 9th in Cariacica/ES; Religious Education and the aspect of spirituality; and the spirituality overlaying from the Religious Education towards to the EJA students during to face-to-face classes. Thus, it seeks to find ways and strategies (bazaar, raffles of basic food baskets and lectures) that permits the development of socio emotional skills, coping with the challenges of the return and permanence in the school environment.

**Keywords:** Spirituality; Religious Education; Youth and Adult Education; Face-to-face Teaching.

## Introdução

O presente trabalho nos leva a uma reflexão sobre o ser humano pós-pandemia de COVID-19, período que levou a humanidade a um afastamento social advindo do contágio e, conseqüentemente, da transmissão da doença, buscando novas formas de viver até então desconhecidas. Esse momento foi marcado por um isolamento social considerado ponto fundamental para a prevenção e a sobrevivência em meio a tantas perdas de entes queridos, amigos e outras vítimas. A pandemia da COVID-19 levou as pessoas a mudanças de hábitos, tais como, o uso de máscaras e a higienizações corporal e ambiental, e trouxe o medo como um sentimento comum para toda a sociedade brasileira e global.

A pandemia no Brasil, nos anos de 2020 e 2021, gerou profundas tensão e fragilidade em toda a população, devido às incertezas em relação à eficácia das restrições advindas das normativas em âmbito nacional e estadual. Outro fator desesperançoso para a população foi a ausência de convívio resultado do fechamento de todos os estabelecimentos comerciais de lazer e religiosos. Contudo, as pessoas foram se adequando ao novo momento, visando à sobrevivência e se tornando mais seguras a partir do processo de vacinação, primeiramente destinado aos grupos prioritários – profissionais da saúde, idosos e pessoas com comorbidades – até atingir a população geral.

No âmbito escolar, seja na esfera nacional, estadual e municipal, o afastamento dos/as estudantes foi uma consequência inevitável, em que o ensino ocorreu remotamente e grande parte desse público ficou sem acesso aos conhecimentos científicos, em decorrência da ausência de recursos tecnológicos e didáticos, acentuando, assim, o impedimento da entrega das Atividades Pedagógicas Não Presenciais (APNPs). Essa situação levou o Ministério da Educação a publicar o Parecer CNE/CP Nº 5/2020, em que se trata da “reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19” (BRASIL, 2020), como forma de assegurar a continuidade dos estudos acadêmicos aos estudantes matriculados nos sistemas de ensino.

No ano de 2020, na rede municipal de Cariacica/ES, as aulas presenciais foram suspensas por causa desse momento pandêmico para atender as recomendações da Portaria Nº 042, em 18 de setembro do mesmo ano, na qual estabelece que

procedimentos para a reorganização do calendário escolar no ano letivo de 2020, as interfaces do ano letivo de 2021, que dispõe sobre a regulamentação das atividades pedagógicas não presenciais direcionadas aos estudantes da rede municipal de Cariacica, em razão da suspensão das atividades letivas presenciais decorrente da pandemia Covid 19 (CARIACICA, 2020a).

No ano de 2021, as aulas foram realizadas no formato híbrido, por meio de plataformas instituídas, sendo que a entrega das atividades ocorreu com horário marcado nas escolas. Para tanto, nas orientações contidas no livro *Ensino Híbrido: Personalização e Tecnologia na Educação* (BACICH; TANZI NETO; TREVISANI, 2015), sobre ensino híbrido, entendemos que

o modelo híbrido, misturado, com foco em valores, competências amplas, projeto de vida, metodologias ativas, personalização e colaboração, com tecnologias digitais. O currículo é mais flexível, com tempos e espaços integrados, combinados, presenciais e virtuais, nos quais nos reunimos de várias formas, em grupos e momentos diferentes, de acordo com a necessidade, com muita flexibilidade, sem os horários rígidos e o planejamento engessado; Metodologias ativas com tecnologias digitais: aprendemos melhor por meio de práticas, atividades, jogos, problemas, projetos relevantes do que da forma convencional, combinando colaboração (aprender juntos) e personalização (incentivar e gerenciar os percursos individuais) (BACICH; TANZI NETO; TREVISANI, 2015, p. 61).

Com o retorno dos/as estudantes ao ensino presencial, no ano de 2022, foi estabelecido o uso do protocolo de medida de segurança (utilização de máscaras, distanciamento social e higienização com álcool), oferecendo novas percepções e perspectivas que se abriram a partir de uma escuta sensível e do acolhimento. É notório que, em 2021, ainda

inspira cuidados e luta pela sobrevivência, com a necessidade do desenvolvimento das competências socioemocionais, em detrimento do medo e incerteza da cura, quando a humanidade esperava uma resposta mais rápida da Ciência.

Logo, este artigo reflete as contribuições da espiritualidade aos/às estudantes da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), no processo de retorno às aulas presenciais na rede municipal de Cariacica/ES, tendo como base teórica as contribuições dos pensadores Ferdinand Röhr, Dalai Lama e Sérgio Junqueira. Para tanto, as inquietações nos levam a indagar quais as contribuições do conceito espiritualidade, a partir do Ensino Religioso na modalidade EJA, numa escola localizada no município de Cariacica/ES, no período pós-pandêmico?

Para a realização desta pesquisa, de cunho bibliográfico e documental, utilizamos artigos acadêmicos e literaturas alusivas ao tema e elencamos documentos normativos em níveis Federal, Estadual e Municipal, especificamente os do município de Cariacica-ES. É importante considerar que a oferta de matrícula para alunos/as da EJA, nos 1º e 2º ciclos (séries de alfabetização ao 5º ano), correspondente ao Fundamental I, o 3º e 4º ciclos (6º ao 9º ano), correspondente ao Fundamental II. No cenário contemplado neste artigo, visamos à formação ampla do/a estudante que possui idade variada – a partir de 15 anos – e realidades diversas.<sup>4</sup>

De acordo com Antônio Carlos Gil, a pesquisa bibliográfica “reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2008, p. 19). Da mesma forma, a pesquisa documental, de acordo com o mesmo autor, aproxima-se da pesquisa bibliográfica, uma vez que a análise documental permite a análise de documentos que constituem as principais fontes do objeto de estudo (GIL, 2008, p. 33).

Dividimos este estudo em três seções: na primeira, abordamos a realidade dos/as estudantes da EJA numa Escola localizada no município de Cariacica/ES, considerando o retorno ao ensino presencial; na segunda seção, refletimos sobre a imbricação da espiritualidade a partir do Ensino Religioso para os/as estudantes da EJA no período pós-

---

<sup>4</sup> Estudantes em condição de vulnerabilidade social, que ainda não estão inseridos no mercado de trabalho e outros que trabalham durante o dia para prover o sustento da família, por isso, estudam no período noturno.

pandêmico; e, por último, sinalizamos para as contribuições do conceito de espiritualidade no Ensino Religioso para os/as estudantes da EJA. Ação desenvolvida por toda equipe pedagógica da escola.

## 1 A modalidade EJA numa Escola localizada no município de Cariacica, Espírito Santo

A modalidade EJA se destina aos jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de dar continuidade a sua formação acadêmica, no período considerado ideal para a escolarização, devido a diversas situações, dentre as quais podemos citar: o percurso de casa até a unidade escolar, ou, na maioria dos casos, do trabalho até a escola, a condição de saúde e a necessidade de trabalhar para ampliar a renda familiar entre outras.

É notório que com a pandemia a regularidade do trabalho desses estudantes trabalhadores também foi afetada, deixando essas pessoas, muitas vezes, sem autonomia financeira e totalmente dependentes de contribuições de outros recursos para sua sobrevivência. Ressaltamos que, como forma de assegurar a escolarização desse público, foi publicado o Parecer CNE/CEB Nº1/2021, em que prevê o alinhamento das Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresentadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e outras legislações relativas à modalidade.

De acordo com o pensamento de Boaventura de Souza Santos, o vírus invisível descortinou de forma exacerbada a desigualdade social, pois os mais afetados são das classes socialmente menos favorecidas, pessoas que de uma forma ou de outra prestavam seus serviços aos cuidados dos outros que constituem parte de uma população privilegiada (SANTOS, 2020, p. 13). Neste caso, enquanto são cuidadoras, as pessoas trabalhadoras não tinham o direito de saber se no outro dia estariam vivas para dar continuidade aos cuidados daquelas outras pessoas afortunadas.

Nessa situação de limiar do cuidado, podemos mencionar os profissionais da saúde que não tiveram a escolha para se isolarem a quarentena; os vendedores ambulantes; e, em especial, as mulheres, que lutavam dentro e fora de suas casas para trazer o sustento do dia seguinte aos seus familiares. Logo, Boaventura de Souza Santos declara que

as mulheres são consideradas “as cuidadoras do mundo”, dominam na prestação de cuidados dentro e fora das famílias. Dominam em profissões como enfermagem ou assistência social, que estarão na linha da frente da prestação de cuidados a doentes e idosos dentro e fora das instituições (SANTOS, 2020, p. 15-16).

No âmbito educacional, entendendo a educação como direito de todos e de todas, valemo-nos do Estatuto da Criança e Adolescente, em especial o capítulo IV, Art. 54, inciso VI, que preconiza a “oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador” (BRASIL, 1990) e da Constituição Federal de 1988, Art. 208, inciso VI, que versa sobre a oferta do ensino noturno e garante a “oferta do ensino noturno regular, adequado às condições do educando” (BRASIL, 1988), isso é, no sentido de que a educação seja para todos e todas como direito.<sup>5</sup>

No âmbito estadual (Espírito Santo), destacamos a Portaria nº 152-R, de 19 de dezembro de 2016, que propõe uma mudança substancial na modalidade, estabelecendo normas e orientando a oferta da nova EJA, na modalidade semipresencial, nas escolas públicas estaduais, no ano de 2017. Esse documento afirma que

a educação como direito humano pleno se efetiva ao longo da vida, por meio da oferta de cursos; [e que] as ofertas de EJA sejam na forma semipresencial compatível com as necessidades educacionais de educandos jovens e adultos, exceto no sistema prisional e em unidades socioeducativas (ESPÍRITO SANTO, 2016, p. 15-16).

O mesmo documento prevê que a EJA funcionasse, no período, com aulas presenciais nas terças, quartas e quintas-feiras, totalizando 1.040 horas, e às segundas e sextas-feiras, com uma carga horária total de 640 horas, destinadas ao planejamento dos/as professores/as e ao cumprimento de atividades pelos/as alunos/as, de forma não presencial.

5 Na Constituição Federal vigente, a *educação como direito de todos* e sua organização dos níveis de atendimento está disposta em seu Art. 211, a saber: “a União, os Estados, o Distrito Federal, e os municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino” (BRASIL, 1988).

Em continuidade ao amparo legal, foi publicada, no Estado do Espírito Santo, a Portaria nº 184-R, de 28 de dezembro de 2017, trazendo as orientações sobre a modalidade EJA para a rede pública estadual de ensino, relativo ao ano letivo de 2018, em que permanece de forma semipresencial, alterando a estrutura do curso em relação ao tempo de realização, assim, cada segmento do ensino fundamental (1º e 2º) terá a duração de dois anos, divididos em quatro semestres, e o ensino médio terá duração de um ano e meio, dividido em três semestres (ESPÍRITO SANTO, 2017, p. 25-26).<sup>6</sup>

No que concerne ao município, a Agenda Municipal de Cariacica/ES prevê que, no período de 2010 a 2030, a educação para esse seguimento possibilite aos/às estudantes

obter conhecimento e desenvolver valores, atitudes e habilidades que lhes possibilitem desenvolver suas capacidades para o trabalho, para participar plenamente de sua sociedade, para obter o controle de sua própria vida e para continuar aprendendo, deve, portanto, ser dada a todos os jovens e adultos (CARIACICA, 2012a).

Dessa forma, reiterando o que preceitua a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), Art. 37, “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. No sentido de compreender que o/a estudante, em especial da EJA, chega na escola com conhecimentos, conceitos e preconceitos internalizados. Logo, as Diretrizes da Educação de Jovens e Adultos do Município de Cariacica/ES preceitua que a

educação é um processo contínuo que só termina com a morte e que, ao mesmo tempo, é determinada pelas necessidades sociais”. Assim sendo, entende-se a educação permanente como “um processo e afirmação do indivíduo através da tomada de consciência para um autodeterminismo na condução de alternativas, a fim de dominar as diferentes situações em que será levado a viver (CARIACICA, 2012b).

<sup>6</sup> Ainda concernente a oferta da EJA na rede estadual em questão, pautando-se na LDB 9.394/96, nas Resoluções CNE/CEB nº 01/2000 e nº 07/2010, bem como nas Resoluções CEE/ES, nº 3.724/2014 e 3777/2014, a modalidade ganha uma estrutura no contexto da rede pública estadual do Espírito Santo, cuja organização curricular destina para o Ensino Religioso 01 (uma) aula de 60 minutos semanalmente (ESPÍRITO SANTO, 2018).



As Diretrizes Curriculares da EJA de Cariacica/ES assinalam para uma prática pedagógica emancipadora em que o conteúdo assume o seu lugar de meio.<sup>7</sup>

O lugar geracional do campo desta pesquisa parte do município de Cariacica/ES, com 348.738 habitantes, que, de acordo com o IBGE de 2010, é uma população que se autodenomina cristã.<sup>8</sup> A escola é de periferia, localizada no município de Cariacica/ES,<sup>9</sup> local de trabalho da pesquisadora, Sirlei Anacleto Martins, na função de professora da EJA. Essa Instituição abarca estudantes de faixa etária distinta e necessidades diversas, ou seja, desde a busca do sustento até a procura por um teto para morar. Com efeito, percebe-se que é uma população com vulnerabilidade, evidenciada conforme pesquisa de saúde do escolar realizada pelo (IBGE/2019). Salientamos que o retorno às aulas presenciais aconteceu de acordo com as orientações legais, conforme a Portaria conjunta/SESA/SEDU Nº 3-R, de 8/5/2021 que dispõe sobre o retorno das aulas presenciais.

É interessante relatar que fica patente nos diálogos estabelecidos durante as aulas uma grande parcela dos/as estudantes se autodenomina evangélicos e são assíduos/as em suas reuniões nos respectivos locais destinados a esse fim. Contudo naquele momento percebíamos que professavam suas diferentes crenças no formato on line. Com relação ao corpo docente, não ficava explícito as denominações religiosas professadas, no entanto, todos manifestavam a busca pelo fortalecimento espiritual.

Com o período de isolamento e de distanciamento social, devido à COVID-19, os/as estudantes da EJA foram afetados pela perda de remuneração de seus empregos, pois, em sua maioria, eles/as são os/as responsáveis por suprir as necessidades básicas de suas famílias. Na época, foi sancionada a Lei Nº 13.982, de 2 de abril de 2020, Art. 2º durante o período de três meses, a contar da publicação desta Lei, foi concedido

<sup>7</sup> No intuito de atender as demandas do público dessa modalidade, a Resolução do Conselho Municipal de Educação (COMEC) nº 001/2020 traz uma nova organização da oferta, sendo em ciclos de um ano, para 1º ao 5º ano, e semestre para as séries finais (6º ao 9º ano) do ensino fundamental (CARIACICA, 2020a)

<sup>8</sup> Dentre as variadas religiões professadas, cerca de 144.421 pessoas são participantes da religião Católica Apostólica Romana e 143.051 pessoas se consideram do amplo grupo evangélico.

<sup>9</sup> Escola Municipal do Município de Cariacica, com atendimento a estudantes do Ensino Fundamental séries iniciais e séries finais e EJA.

auxílio emergencial no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais ao trabalhador que cumpria cumulativamente os requisitos constantes nos incisos de a I ao VI. Em relação aos/às adolescentes, que presenciaram situações no meio familiar como, por exemplo, desemprego, doenças, falta de alimentos, dentre outras, as sequelas também foram substanciais, desencadeando, assim, angústia, medo, pânico e insegurança quanto ao futuro.

Nessa direção, Boaventura de Souza Santos argumenta que

a quarentena não só torna mais visíveis, como reforça a injustiça, a discriminação, a exclusão social e o sofrimento imerecido que elas provocam. Acontece que tais assimetrias se tornam mais invisíveis em face do pânico que se apodera dos que não estão habituados a ele (SANTOS, 2020, p. 21).

Portanto, não podemos ignorar que mesmo antes do período pandêmico a sociedade apresentava diferença econômica substancial, conforme assenta Santos (2020, p. 21): “[...]tenhamos em mente que, no período imediatamente anterior à pandemia, havia protestos massivos em muitos países contra as desigualdades sociais, a corrupção e a falta de proteção social”.

Percebemos que essas causas levaram a certa desestruturação emocional, afetiva e social, ou seja, sentimentos demonstrados nas falas, em sala de aula quando trazia alguma reflexão sobre a problemática revelada e inusitada na atual conjuntura. Os/as alunos/as da EJA socializaram as mais variadas formas de luta pela sobrevivência sem a certeza se veriam o amanhã.

Dessa forma, o acolhimento seria o ponto fundamental para que esses/as estudantes se sentissem pertencentes ao espaço escolar, com o desenvolvimento das competências socioemocionais. Por isso, sinalizamos para a noção de espiritualidade como possibilidade de ser um fator essencial no enfrentamento dos sentimentos de perda e desestruturação emocional que esses/as alunos/as ainda vivem.

Frente a esse público que requer um olhar diferenciado, o componente curricular Ensino Religioso foi elencado em paralelo ao aspecto da espiritualidade, que será discorrido na próxima seção.

## 2 O Ensino Religioso e o aspecto da espiritualidade

A Ciência da Religião é um campo do saber com interface em outras áreas do conhecimento, como a das Ciências Humanas e das Ciências Aplicadas, com o objetivo de investigar o fenômeno religioso. Correspondente ao campo da educação, neste artigo, nos dedicamos ao desenvolvimento da disciplina ensino religioso e a espiritualidade como dimensão espiritual do ser humano.

Falar da espiritualidade, em sala de aula, é compreendê-la como elemento intrínseco ao ser humano, como conceitua Leonardo Boff, afirmando que “de espírito vem espiritualidade, que é o cultivo daquilo que é próprio do espírito, sua capacidade de projetar visões unificadoras, de relacionar tudo com tudo, de ligar e re-ligar todas as coisas entre si e com a Fonte Originária de todo ser” (BOFF, 2013, p. 218).

Estatisticamente, conforme IBGE 2010, o Brasil é um país considerado religioso, não de forma catequética como no período colonial, mas, de forma a considerar a religião como parte intrínseca na sua cultura e no exercício da fé. Especificamente, o município de Cariacica/ES apresenta o percentual de 86.8 de cristãos ou religiosos. A religião como objeto disciplinar na educação é um elemento pertinente ao Projeto Político Pedagógico que, segundo Sérgio Junqueira, se inicia no período colonial, em que

o Ensino da Religião é um elemento do projeto político que chegou com os portugueses e foi utilizado como referência na proposta de educação jesuítica no período colonial brasileiro. Em 1827, documentos complementares do Império mencionavam que o ensino da doutrina religiosa era um dos propósitos da escola, juntamente com o ensino da leitura, da escrita e das quatro operações. Em 1931, o Ensino Religioso (ER) foi reintroduzido no currículo das escolas públicas e se encontra sob grande discussão até o século XXI. Porém, a questão religiosa, que perpassa a sociedade e interfere na inclusão e na exclusão dos indivíduos, é um tema que pode permitir a compreensão da história e da cultura do Brasil (JUNQUEIRA, 2015, p. 5).

Salientamos, que de forma a garantir o ER10 como componente curricular, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, documento normativo, aplicado à educação básica, explicita que os conteúdos ministrados deverão, “abordar esses conhecimentos com base nas diversas culturas e tradições religiosas, sem desconsiderar a existência de filosofias seculares de vida” (BRASIL, 2017, p. 436).

Entendemos que o ER considere a pluralidade religiosa, que advém da multiculturalidade brasileira, conforme estabelece na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Taciana Brasil dos Santos entende que a disciplina contribui para a elaboração de um sentido à vida e menciona que “para a construção da identidade e do projeto de vida dos educandos, a contemplação da diversidade de possibilidades, e seu reconhecimento como igualmente válidas” (SANTOS, 2021, p. 15).

Em conformidade com a BNCC, o Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER) explicita que o Ensino Religioso é igualmente uma área do conhecimento e componente curricular, pois prioriza conhecimentos que possibilitam a valorização da pluralidade e da diversidade cultural existentes na sociedade brasileira, que podem contribuir para que o/a estudante amplie sua capacidade de observação, reflexão, discernimento, cooperação e de tomada de decisão frente aos desafios impostos pela vida.

De acordo com a BNCC, os principais objetivos do Ensino Religioso são o de

proporcionar a aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos, a partir das manifestações religiosas percebidas na realidade dos educandos; Propiciar conhecimentos sobre o direito à liberdade de consciência e de crença, no constante propósito de promoção dos direitos humanos; Desenvolver competências e habilidades que contribuam para o diálogo entre perspectivas religiosas e seculares de vida, exercitando o respeito à liberdade de concepções

---

10 O ER (ensino religioso), no Brasil, foi a preocupação para formação do indivíduo, desde a chegada dos portugueses, apresentando várias características pedagógicas, conforme as políticas adotadas pelo ente federativo, ganhando força com a promulgação da Constituição de 1988, por meio do Art.210, no Capítulo III, em que garante o “ER de matrícula facultativa”, mas “constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental” (p.30). Com várias e amplas discussões em 2009, o FONAPER publicou o PCNER, com intuito e o compromisso de contribuir para uma escola que prima pela inclusão, respeito a todos os indivíduos e valorize a multiplicidade de conhecimentos, culturas e tradições religiosas (FONAPER, 2009, p.11).

e ao pluralismo de ideias, de acordo com a Constituição Federal; Contribuir para que os educandos construam seus sentidos pessoais de vida a partir de valores, princípios éticos e da cidadania (BRASIL, 2017, p. 434).

No intuito de tornar a educação verdadeiramente para todos/as, foram elaborados dispositivos legais como uma forma de orientação na docência do Ensino Religioso, por exemplo: a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), com a alteração no (Art. 33 alterado pela Lei nº 9.475/1997). Assim dito, a função educacional, enquanto parte integrante da formação básica do cidadão, “é assegurar o respeito à diversidade cultural religiosa, sem proselitismos” (BRASIL, 1997).

Nesse sentido, de acordo com Mauro Rocha Baptista, a proposta da BNCC para o Ensino Religioso se baseia na pesquisa e no diálogo, no sentido de internalizar o conhecimento adquirido, tornando-o em competências a serem desenvolvidas pela disciplina em questão, de forma que os aspectos pedagógicos possibilitem valorizar a experiência dos/as estudantes estimulando-os/as a conhecer, respeitar e conviver (BATISTA, 2018, p. 461).

É interessante propor um currículo para o Ensino Religioso, a ser desenvolvido na escola, a partir do conhecimento que cada estudante traz consigo ao chegar nesse espaço. A BNCC evidencia a valorização dos conhecimentos religiosos ou não, internalizados nos estudantes, que venham contribuir na sua formação integral. Esse conhecimento prévio poderá ser transformado em conhecimentos científicos e, assim, os/as estudantes se tornam uma peça importante nessa proposta de educação em busca de respostas para as questões que se levantam ao longo da vida. Como assenta Sérgio Junqueira, “o ensino religioso deve ser trabalhado de forma que acentue as informações no campo sociológico-fenomenológico, tradições & cultura, teologias” (JUNQUEIRA, 2015, p. 17).

A conscientização sobre a importância da vacinação como forma de prevenção de novas contaminações e preservação da vida, sendo pautadas na cultura religiosa, evidenciam o aspecto do cuidado que pode ser trabalhado no ensino religioso com significância e reflexão. O intuito é fazer com que o/a estudante se torne um/a cidadão/ã capaz de tomar decisões que venham beneficiar toda a comunidade, pois, conforme Sérgio Junqueira e Edile Rodrigues,

o conhecimento religioso visa não apenas o saber pelo conhecer, mas a compreensão da realidade e a intervenção social a partir da construção de informações. E no caso específico do ensino religioso escolar, formar cidadãos em uma concepção de respeito pela diversidade religiosa, em acordo à laicidade do Estado (JUNQUEIRA; RODRIGUES, 2009, p. 172).

A escola, sendo o espaço de transformação dos conhecimentos empíricos em conhecimentos científicos, torna-se o lugar onde se estabelecem os relacionamentos, fortalecendo-os afetivamente podendo até desenvolver sentimentos de empatia e de colaboração. Desse modo, supõe-se a espiritualidade no sentido do cuidado, da empatia e do acolhimento, com vistas a amenizar a dor das perdas de entes queridos, os amigos e demais vítimas, trazendo sentimentos de tristeza desencadeados pela pandemia, momento este em que a espiritualidade possa vir contribuir no enfrentamento da melhor forma possível, na compreensão e na aceitação do outro.

No pensamento de Ferdinand Röhr, a espiritualidade não é um ato subjetivo, porém define as posturas éticas do ser humano. Logo, o autor afirma que “emos que ter em vista que é na espiritualidade onde se estabelecem as convicções éticas que comprometem o indivíduo incondicionalmente e, dessa forma, vão se refletir necessariamente na vida social (RÖHR, 2012. p. 38).

Ainda de acordo com o mesmo autor, entendemos que “a própria espiritualidade não está necessariamente ligada a práticas religiosas, as estruturas sociais, políticas, econômicas, mas está ligada ao sujeito que, num ato intuitivo, existencial, liga-se à espiritualidade” (RÖHR, 2012. p. 37).

Portanto, a espiritualidade na escola poderá ser o fio condutor nas relações pessoais e interpessoais, tornando mais harmoniosa a convivência, em tempos de retomada da vida escolar de forma presencial. Em se tratando de escola confessional, a intencionalidade da espiritualidade deverá ser pontual juntamente com as atividades acadêmicas, com vistas a prática da solidariedade no momento peculiar. Nessa perspectiva, perceberemos a necessidade do desenvolvimento das competências socioemocionais no âmbito escolar, tendo como função, em desenvolver o estudante na sua totalidade, nos diferentes aspectos

(estéticos, éticos, cognitivo, afetivo, cultural, biológico, social e, também, religioso). O que vale dizer, com o desenvolvimento das competências socioemocionais, o estudante será capaz de ser mais harmonioso na sua convivência consigo mesmo e com o outro, conforme assentam Valéria Gon Zortéa, Érica Rezende Perini, Helenice Maria Barcellos. Afirmam que

a partir do desenvolvimento das competências socioemocionais, o aluno será capaz de se relacionar consigo mesmo e com os outros, de compreender e gerir as emoções, de enfrentar situações adversas, além de tomar decisões responsáveis, solidárias e autônomas (ZORTÉA, PERINI, BERGMANN, 2020, p. 23).

### As autoras também argumentam que

às competências socioemocionais são intrínsecas do ser humano e fazem parte de diversas circunstâncias do cotidiano, integrando os processos relacionados com o “aprender”, o “conhecer”, o “ser”, o “conviver” e o “trabalhar”, entretanto, é essencial que elas sejam estimuladas e trabalhadas ao longo de toda a vida. As competências socioemocionais reverberam no processo de ensino-aprendizagem. Assim, “acredita-se que o foco deva ser estimular o aprendizado de tais competências, independente de os alunos já as terem desenvolvido ou não” (ZORTÉA, PERINI, BERGMANN, 2020, p. 24-25).

No contexto da pesquisa, perceberemos uma relação estreita entre o desenvolvimento das competências socioemocionais com a espiritualidade, dado o momento de fragilidade e das necessidades de estabelecimento das relações humanas. Nessa perspectiva, Leal cita Röhr, que define a espiritualidade, “como parte fundamental e perene da humanização do ser humano” (RÖHR apud LEAL, 2010, p. 18).

Na compreensão do monge budista Dalai Lama, a espiritualidade está relacionada com as qualidades do espírito humano. Ele afirma o seguinte:

Julgo que religião esteja relacionada com a crença no direito à salvação pregada por qualquer tradição de fé, crença esta que tem como um de seus principais aspectos a aceitação de alguma forma de realidade metafísica ou sobrenatural,

incluindo possivelmente uma ideia de paraíso ou nirvana. Associados a isso estão ensinamentos ou dogmas religiosos, rituais, orações e assim por diante. Considero que espiritualidade esteja relacionada com aquelas qualidades do espírito humano – tais como amor e compaixão, paciência e tolerância, capacidade de perdoar, contentamento, noção de responsabilidade, noção de harmonia – que trazem felicidade tanto para a própria pessoa quanto para os outros. Ritual e oração, junto com as questões de nirvana e salvação, estão diretamente ligados à fé religiosa, mas essas qualidades interiores não precisam ter a mesma ligação. Não existe, portanto, nenhuma razão pela qual um indivíduo não possa desenvolvê-las, até mesmo em alto grau, sem recorrer a qualquer sistema religioso ou metafísico (LAMA, 2000, p. 2).

A espiritualidade se desenvolve por meio da experiência, independentemente da doutrina, dos dogmas ou dos ritos pertencentes ao sistema religioso. Dalai Lama relata que a espiritualidade – as qualidades interiores do indivíduo – não necessariamente está ligada à fé religiosa, sendo desenvolvida por qualquer pessoa sem a interferência da religião. Embora o misticismo e a religião possam caminhar lado a lado, no cotidiano, percebe-se que nem todas as pessoas demonstram atitudes coerentes com a espiritualidade.

Isso posto, no pensamento dos autores Röhr e Dalai Lama, é perceptível que suas ideias convergem para o entendimento do conceito de uma espiritualidade não convencional, pautada numa abordagem que vem do íntimo do ser humano, que é externalizada nos valores intocáveis demonstrados nas práticas, uma vez que ambos reportam ao exercício de atitudes humanizadas.

Assim, tendo apresentado o conceito de espiritualidade como um aspecto da dimensão espiritual no ser humano, passa-se para a próxima seção, pensando na sua concretude a partir do Ensino Religioso no espaço escolar, em especial, na modalidade EJA.



### **3 A imbricação da espiritualidade a partir do ensino religioso aos estudantes da EJA, no retorno ao ensino presencial.**

Ao iniciar o ano letivo 2022, de forma presencial, houve a necessidade de uma busca ativa e individualizada dos/as estudantes, advinda do processo ensino-aprendizagem no formato não presencial. Para tanto, foram seguidas todas as orientações dos documentos oficiais estabelecidos em conjunto entre a Secretaria da Saúde e a Secretaria de Estado da Educação.

É notório que a pandemia acentuou a baixa autoestima da população em geral, sobretudo nos/as estudantes da EJA, de modo que se sentiram incapazes de aprender, na sua maioria. Isso foi desencadeado pelas responsabilidades que lhe foram atribuídas, em virtude das perdas familiares decorridas pela Covid-19.

Nessa perspectiva, o componente curricular Ensino Religioso aponta para uma educação crítica e reflexiva em sua aplicabilidade no cotidiano escolar, visando a desenvolver atitudes e habilidades que venham favorecer na construção de uma relação saudável, harmoniosa e fraterna. O Ensino Religioso possui uma atribuição importante na formação cidadã, pois, conforme Sérgio Junqueira, “assume o papel de provocar junto a cada um dos componentes da comunidade educativa o questionamento sobre a própria existência deste ser humano, participante destas intrincadas relações” (JUNQUEIRA, 2001, p. 12).

Ao pensar a espiritualidade no âmbito escolar, embora não esteja atrelada a nenhuma religião, vivenciamos nos relatos dos/as estudantes da EJA – após o retorno às aulas presenciais – demonstrações de atitudes e de cuidado consigo e com o outro, utilizando máscaras e todo o protocolo, como frutos da espiritualidade, deixando transparecer a sua fidelidade na religião que pertence, (evangélica) pois, eles/as se autodenominam ligados a uma religião<sup>11</sup>. Quanto ao corpo docente, percebemos o desenvolvimento de ações e, na maioria das vezes, de atitudes de compreensão e de compaixão. Contudo, existem aqueles/as que se mostraram indiferentes à situação na qual todos/as vêm passando, sem

<sup>11</sup> Os relatos foram observados a partir das reflexões dos estudantes sobre o momento vivido na pandemia, COVID 19.

considerar a fragilidade em que os/as discentes ainda vivenciavam.

No ano de 2021, é de grande relevância pensar em alternativas para a superação da angústia, do medo e das perdas, no intuito de pensar em formas de minimizar tal situação no ambiente escolar. O Guia de Orientações MEC Retorno às aulas salienta que

é mister estabelecer e fortalecer as competências socioemocionais e pensar em hábitos que devem acompanhá-las, a exemplo da manutenção da calma, a importância de não agir precipitadamente ou impulsivamente, respeitar o tempo e as condições do colega, fazer bom uso da imaginação criativa, exercitar o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação (BRASIL, [s.d.]).

Sinalizamos para as possíveis contribuições da espiritualidade a partir do Ensino Religioso, sendo esse um elemento balizador dos sentimentos externalizados pelos/as estudantes da EJA. Nesse sentido, Antônio Delfino Lima aponta

a pedagogia como ciência que trata da educação, entre elas a dos jovens e adultos estudando os problemas relacionados com o seu desenvolvimento como um todo, com vistas a formação integral do ser humano, se mostra necessário na prática pedagógica, também torna-se imprescindível a clareza conceitual de que o Ensino Religioso é a disciplina que tem como objeto de estudo o transcendente presente em todas as culturas (LIMA, 2020, p. 72).

É preciso considerar o ser humano em sua totalidade, com sua singularidade e, em especial, se tratando dos/as estudantes da EJA. A diminuição da pandemia foi permitindo o retorno às aulas presenciais e, nesse caso, evidencia-se que esses/as estudantes trazem consigo as consequências das perdas dos seus entes queridos, o que sugere que a empatia e o acolhimento sejam ações primordiais para a sua permanência no ambiente escolar. Na ótica de Leonardo Boff, “é o ser humano inteiro que por sua consciência se percebe pertencendo ao Todo e como porção integrante dele” (BOFF, 2012, p. 1).

Dessa forma, considerar o público específico dessa modalidade, em sua maioria adultos e idosos que chegam com suas preocupações na escola, requer o desenvolvimento de ações como a realização de bazar, sorteios de cestas básicas e palestras que venham

promover a autoestima e o sentimento de pertença a esse grupo. Essas pessoas trazem na sua essência a resignação da luta pela sobrevivência, externalizando a espiritualidade no convívio com os seus pares e ressignificando a forma de compreender a vida.

A educação é o fio condutor de aquisição dos conhecimentos que possibilitam aos/às estudantes da EJA a terem uma cosmovisão mais ampla, referenciada pela alteridade bem como pelo direito garantido pelos dispositivos legais. O espaço escolar, enquanto lugar de produção e de fluído em relação aos conhecimentos, também é local privilegiado que tece e fortalece os relacionamentos que possibilitam a construção de saberes.

Embora a educação concerne ao acesso aos/às estudantes da EJA seja garantida por meio dos dispositivos legais, a permanência deles/as no espaço escolar deverá estar atrelada às ações didaticamente planejadas, com metodologias que venham possibilitar a esse público a ressignificação dos seus conhecimentos, desenvolvendo neles/as o sentimento de pertença, ou seja, tornando-os protagonistas do processo. Neste liame, a aplicabilidade do componente curricular Ensino Religioso na sala de aula tem um papel significativo em subsidiar o/a estudante na leitura e na interpretação de textos, visando a sua compreensão nas situações cotidianas e sua intervenção de forma autônoma na sociedade.

A formação integral do/a estudante da EJA, de forma a potencializar as ações humanizadoras e na aceitação do outro, torna-se necessária, sobretudo para a sua permanência e superação das intempéries ocasionadas pelo momento em que se vive. O ideal é manter um olhar sensível, tornando o diferencial no convívio desses/as estudantes na comunidade escolar. Segundo Boff, “o espírito de gentileza e de finura capta o outro como outro, procura entender-lhe a lógica interna e acolhe-o assim como é. Essa compreensão supõe o amor, a boa vontade e a superação da malícia e da suspeita” (BOFF, 2017, p. 87).

Portanto, os/as estudantes da EJA, nesse momento, deixam claro as suas fragilidades físicas e emocionais, externalizando comportamentos de dependência do outro para a efetivação do processo de ensino-aprendizagem, uma vez que está ligado ao desenvolvimento cognitivo. Neste caso, implica numa relação de reciprocidade entre o/a professor/a e os/as estudantes. Logo, Dalai Lama afirma que

nas salas de aula, quando os alunos têm a sorte de encontrar um professor que não apenas ensina, mas que mostra sincera afeição aos estudantes e genuína preocupação a respeito do futuro e do bem-estar deles, os temas geralmente se aprofundam muito mais no cérebro. Os temas que aprendemos de um outro tipo de professor, que simplesmente explica ou ensina sem qualquer preocupação, ou sem senso de responsabilidade para com o estudante, são mais fáceis de serem esquecidos (LAMA, [s.d.], p. 1).

Esperamos que a prática pedagógica seja dialógica, apontando para uma relação entre professor/a e estudantes mais humanizado, trazendo o equilíbrio socioemocional desses/as estudantes, possibilitando o desenvolvimento de habilidades e a obtenção de conhecimentos, com vistas a se tornarem pessoas mais fraternas.

### Considerações finais

Este trabalho parte de uma vivência numa escola localizada no município de Cariacica/ES com estudantes da EJA, onde foi tremendamente afetada pela pandemia da COVID-19. Esse momento de obscuridade e de incertezas sobre o futuro se agravou com as perdas de entes queridos e com o sentimento de medo de perder a própria vida.

Ressaltamos que se trata de uma escola de periferia com um público a partir de 15 anos de idade. Sua grande maioria é de pessoas adultas, acima de 50 anos, que trabalhavam para sustentar suas famílias. Além disso, muitas delas, na pandemia, perderam o seu trabalho, ficando na dependência da colaboração de outras pessoas para a sua sobrevivência. Ao retornar às aulas presenciais, esses/as estudantes se apresentaram bem fragilizados psicologicamente, carecendo de uma escuta sensível e acolhimento.

No intuito de compreender o conceito de espiritualidade pautada no pensamento de Röhr e Dalai Lama na modalidade EJA, a partir da efetivação do ER na escola em tela, no período pós-pandêmico, buscamos tais contribuições em Ferdinand Röhr, Dalai Lama e Sérgio Junqueira. O objetivo propositivo consistiu em entender a espiritualidade como um

elemento intrínseco ao ser humano e sua aplicabilidade a partir do Ensino Religioso, tornando esse componente curricular um instrumento balizador no processo ensino-aprendizagem.

Em se tratando do público específico dessa modalidade, em sua maioria pessoas adultas e idosas que chegam com suas preocupações e demandas na escola, exige do corpo técnico pedagógico propostas de ações (realização de bazar, sorteios de cestas básicas e palestras), elevando a autoestima e o despertar do sentimento de pertencimento, a resignação da luta pela sobrevivência, desenvolvendo a espiritualidade na relação com o outro, como forma de compreender a existência.

Portanto, o componente curricular Ensino Religioso ministrado em sala de aula apresenta sua relevância e significado fortalecendo o/a estudante na leitura e na interpretação de textos, que possam contribuir no dia a dia permitindo intervir de forma crítica e participativa na sociedade.

Reforçamos que o retorno das aulas presenciais, no ano de 2022, os/as estudantes seguiram o protocolo de medida de segurança exigido por meios legais como a utilização de máscaras, distanciamento social e higienização com álcool, protocolo seguido por todo corpo docente e discente independente de sua religião.

Diante do exposto, suscitamos a necessidade do desenvolvimento de ações voltadas para os/as estudantes em tela, tais como a escuta ativa, o acolhimento, a empatia e estratégias que venham desenvolver as competências socioemocionais. Tais ações visam a estreitar as relações pessoais e interpessoais, buscando o fortalecimento dos vínculos, motivando e subsidiando o enfrentamento dos desafios desse público no retorno e permanência na escola.

## Referências

ALMEIDA, Leila Raquel de; SAUER Adriano Jacó. Escola em pastoral em tempos de pandemia: vivências e experiências conectadas. In: *Revista Pastoral da Associação Nacional Católica do Brasil (ANEC)*. Evangelizar nas redes: Tecnologias e comunicação na Pastoral Escolar. Ano V, n.9, 2020.

BAPTISTA, Mauro R. O ensino religioso em questão. *Paralellus*, Recife, v. 9, n. 21, p. 459-477, 2018.

BOFF, Leonardo. A dimensão do profundo: o espírito e a espiritualidade. *IHU*, 1(1), 2012, p. 1. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/sobre-o-ihu/172-noticias/noticias-2012/512855-a-dimensao-do-profundo-o-espírito-e-a-espiritualidade>. Acesso em: 16 abr. 2022.

BOFF, Leonardo. *O cuidado necessário: na vida, na saúde, na educação, na ecologia, na ética e na espiritualidade*. Petrópolis: Vozes, 2013.

BOFF, Leonardo. *Ética e espiritualidade: como cuidar da casa comum*. Petrópolis: Vozes, 2017.

BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: 1824. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm). Acesso em: 13 out. 2021.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 23 fev. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. [Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional]. Brasília: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 13 mar. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.060, de 13 de julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. [Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 mai. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Lei/L13982.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L13982.htm). Acesso em: 01 jun. 2024.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular: educação é a base*. Brasília: Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 5/2020, aprovado em 28 de abril de 2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/31116#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20substitui%C3%A7%C3%A3o%20das,12%20de%20maio%20de%202020>. Acesso em: 01 jun. 2024.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 1/2021, aprovado em 18 de março de 2021. Reexame do Parecer CNE/CEB nº 6, de 10 de dezembro de 2020, que tratou do alinhamento das Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresentadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e outras legislações relativas à modalidade. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_PAR\\_CNECEBN12021.pdf?query=diretrizes%20curriculares%20complementares](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECEBN12021.pdf?query=diretrizes%20curriculares%20complementares). Acesso em: 01 jun. 2024.

BRASIL. *Guia de Orientações de Acolher vidas, fortalecer emoções e criar estratégias Pós Pandemia COVID-19*. Disponível em: [gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/novembro/Guia\\_de\\_Orientacoes\\_.pdf](http://gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/novembro/Guia_de_Orientacoes_.pdf). Acesso em: 25 jun. 2022.

CARIACICA (Município). *Agenda Cariacica: planejamento sustentável da cidade 2010-2030. Área Educação: diagnósticos e construção de cenários*. Cariacica: Secretaria Municipal de Educação, 2012a. Disponível em: [https://www.cariacica.es.gov.br/wpcontent/uploads/2014/05/Agenda\\_Educacao.pdf](https://www.cariacica.es.gov.br/wpcontent/uploads/2014/05/Agenda_Educacao.pdf). Acesso em: 14 jan. 2022.

CARIACICA (Município). *Diretrizes curriculares para a educação de jovens e adultos do município de Cariacica: uma construção coletiva*. Cariacica: Secretaria Municipal de Educação, 2012b.

CARIACICA (Município). Resolução nº 001/2020, de 14 de janeiro de 2020. Cariacica: Conselho Municipal de Educação, 2020a.

CARIACICA (Município). *Proposta Curricular*. Cariacica: Secretaria Municipal de Educação, 2020b.

CARIACICA (Município) Portaria/SEME/nº 042, de 18 de setembro de 2020c. Estabelece Procedimentos para Reorganização do Calendário Escolar no ano letivo de 2020, as interfaces com o ano letivo de 2021-Dispõe sobre a Regulamentação das Atividades Pedagógicas Não Presenciais direcionadas aos estudantes da rede municipal de ensino de Cariacica em razão da suspensão das atividades letivas presenciais, decorrente da pandemia covid-19. Diário Oficial de Cariacica. Disponível em: <https://www.cariacica.es.gov.br/static/files/diario/DI%C3%81RIO%20OFICIAL%2021-09-2020%20%20EDI%C3%87%C3%83O%20N%C2%B0%201408-MLCOELHO.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2022.

CARIACICA (Município). CI/SEME/GAB- PMC- nº 336/2021, de 26 de maio de 2021. Orientações aos gestores das unidades de ensino quanto ao retorno das atividades presenciais. Secretaria Municipal de Educação de Cariacica.

BACICH, Lilian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando de Mello (Orgs.). *Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação [recurso eletrônico]*. Porto Alegre: Penso, 2015. e-PUB. Disponível em: <http://www.senar-rio.com.br/wp-content/uploads/2021/03/Livro-Ensino-H%C3%ADbrido.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2022.



ESPÍRITO SANTO (Estado). Portaria nº 152-R de 19 de dezembro de 2016. [Estabelece normas e orienta a oferta da Nova Educação de Jovens e Adultos - EJA na modalidade semipresencial nas escolas Públicas Estaduais no ano de 2017]. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 20/12/2016, p. 15-16. Vitória, 2016.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Currículo do Espírito Santo: ensino fundamental – anos finais – área de Ciências Humanas e Ensino Religioso. Vitória: Secretaria de Estado da Educação, 2018.  
ESPÍRITO SANTO (Estado). Portaria nº 184-R de 28 de dezembro de 2017. [Estabelece normas para a oferta da Educação de Jovens e Adultos - EJA na modalidade semipresencial nas escolas públicas estaduais no ano de 2018]. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 29/12/2017, p. 25-26. Vitória, 2017.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Portaria Conjunta SESA/SEDU nº 07-R, de 06 de outubro de 2021. Altera a Portaria Conjunta SESA/SEDU nº 01-R, de 08 de agosto de 2020 e revoga item da Portaria Conjunta SESA/SEDU nº 06-R, de 21 de julho de 2021. Diário Oficial do Espírito Santo, 08/10/2021, p. 17. Vitória, 2021.

FONAPER. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Religioso*. 9. ed. São Paulo: Mundo Mirim, 2009.

GIL, Antonio C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. *Base de informações do Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo por setor censitário* Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE Centro de Documentação e Disseminação de Informações Disponível em: [https://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/SIG/Senso2010\\_Dados/Documenta%C3%A7%C3%A3o-IBGE\\_Censo2010.pdf](https://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/SIG/Senso2010_Dados/Documenta%C3%A7%C3%A3o-IBGE_Censo2010.pdf). Acesso em: 01 jun. 2024.

IBGE. Pesquisa nacional de saúde do escolar: 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2021, Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101852.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2022.

JUNQUEIRA, Sérgio R. A. Por que ensinar “Ensino Religioso” na Escola? Uma identidade pedagógica. *Revista Lusófona de Ciências das Religiões, Lisboa*, v. VI, n. 12, p. 141-148 2007.

JUNQUEIRA, Sérgio R. A. Educação e história do Ensino Religioso. *Pensar a Educação em Revista*, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 5-26, 2015.

JUNQUEIRA, Sérgio R. A.; RODRIGUES, Edile M. F. Saberes docentes e concepções do Ensino Religioso. *Estudos de Religião*, São Bernardo do Campo, v. 34, n. 1, p. 155-176, 2020.

LAMA, Dalai. *Uma ética para o novo milênio*. 7. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

LAMA, Dalai. A espiritualidade e a paz mundial. In: *Sociedade Teosófica no Brasil*, 1(1), [s.d.], p. 1. Disponível em: <https://www.sociedadeteosofica.org.br/estudos-teosoficos/artigos/item/599-a-espiritualidade-e-a-paz-mundial-dalai-lama>. Acesso em: 25 fev. 2022.

LEAL, Ana Lúcia; RÖHR, Ferdinand; POLICARPO JÚNIOR, José. Resiliência e espiritualidade: algumas implicações para a formação humana. *Conjecturas*, Caixas do Sul, v. 15, n. 1, p. 11-24, 2010. Disponível em: <https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/4069/material/Resiliencia.e.espiritualidade.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2022.

LIMA, Antônio Delfino. Ensino religioso e a metodologia do ensino: Críticas, caminhos e possibilidades. In: SIQUEIRA, Rosângela da Silva; REIS Marcos Vinicius de Freitas; JUNQUEIRA Sérgio Rogério Azevedo (org.). *Ensino religioso x ciência da religião práticas pedagógicas e a diversidade religiosa no contexto local*. Acre -Rio Branco: Nepan ,2020.

Parecer CNE/CP nº 5/2020, aprovado em 28 de abril de 2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Disponível em: <https://br.search.yahoo.com/> da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Disponível em: <https://br.search.yahoo.com/search?fr=mcafee&type=E210BR826G0&p=LEI+N%C2%BA+13.982%2C+DE+2+DE+ABRIL+DE+2020>. Acesso em: 01 jun. 2024.

RÖHR, Ferdinand. Espiritualidade e Educação. In: ROHR, Ferdinand (org.). *Diálogos em educação e espiritualidade*. Recife: Universitária da UFPE, 2012. p. 29-43.

Revista de Pastoral da ANEC. Evangelizar nas redes: Tecnologias e comunicação na Pastoral Escolar, ano v, no 8/2020. escola em pastoral em tempos de pandemia: vivências e experiências conectadas. Leia Raquel de Almeida e Adriano Jacó Sauer. Disponível em: <https://anec.org.br/tipo-documento/revista-pastoral-anec/>. Acesso em: 01 jun. 2024.

SANTOS, Boaventura S. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Almedina, 2020.

SANTOS, Taciana B. O ensino religioso na base nacional comum curricular: algumas considerações. *Educação em Revista*, São Paulo, v. 37, p. 1-18, 2021.

ZORTÉA, Valéria Gon; PERINI, Érica Rezende; BERGMANN, Helenice Maria Barcelos.

O Desenvolvimento das Competências Socioemocionais na elaboração do Documento Curricular de Ensino Religioso do Espírito Santo. *Protestantismo em Revista*, São Leopoldo, v. 46, n. 1, p. 20-30, 2020.

Submetido em 22/08/2022

Aprovado em 23/09/2024